

Doações a ONGs somam US\$ 400 milhões

Segundo o Banco Central, esse valor pode ser maior, pois exclui cheques enviados pelo Correio por entidades estrangeiras; calcula-se que o total administrado pelas ONGs por ano seja equivalente ao PIB de 4 Estados

MARCO UCHÔA

Distantes ou próximas da política oficial, as Organizações Não-Governamentais (ONGs) se transformaram nos últimos anos em uma força que deve ser levada em consideração em um País carente na área social. Elas ocuparam os espaços deixados pela ineficiência do Estado, abrigando causas tão diversas como a proteção ao ambiente, às crianças carentes, às vítimas da Aids e a defesa dos direitos humanos. Essa "força invisível", que começou a existir ainda no regime militar, tomou forma nos anos 80 e cresceu nesta década, movimentando por ano, via sistema bancário, cerca de US\$ 400 milhões só de doações internacionais.

Esse valor é calculado pelo Banco Central, mas nem todo o dinheiro que entra no País para as ONGs é controlado pelo governo. Grande parte, admite o BC, chega mediante doações feitas em cheques enviados pelos correios. Representantes das próprias ONGs acreditam que o total administrado pelas entidades seja equivalente a US\$ 700 milhões por ano, sendo 80% dos recursos encaminhados por instituições estrangeiras.

Essa quantia é maior que o Produto Interno Bruto de quatro Estados — Acre, Roraima, Amapá e Tocantins — e equivalente às verbas do Ministério da Ação Social e aos recursos encaminhados ao País pelo BID.

A estimativa do setor é de que estejam configuradas com o perfil "sem fins lucrativos" e voltadas para as causas sociais cerca de 5 mil organizações que somadas arremetam os serviços de 80 mil pessoas. Mas esse número não é oficial. Mesmo porque, segundo a Agência Brasileira de Cooperação, o Ministério das Relações Exteriores, o governo não pretende controlar essas entidades, mas acompanhar seu trabalho e ver como governo e sociedade civil podem caminhar juntos na solução de vários problemas.

Até 1992, o governo não tinha qualquer relacionamento com as ONGs. Segundo o Itamaraty, a aproximação começou apenas depois da Conferência Mundial para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio-92). Essa pouca familiaridade também ocorre na Receita Federal. Para o coordenador-adjunto de tributa-

ção da Receita, Edson Viana, não existe na legislação tributária a figura da ONG. Ela é igual a qualquer outra pessoa jurídica. Se for classificada como associação sem fins lucrativos e tiver caráter filantrópico, caritativo, cultural ou científico pode se beneficiar de isenção fiscal.

"Essa posição privilegiada não é democrática", considera Guilherme Camargo, um dos membros do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CBEE). "As ONGs não prestam satisfação ao Estado nem às pessoas que colaboram e ainda pretendem assumir poder em nome do Estado", explica.

Cifras — A revista *Finanças e Desenvolvimento* — FMI/BID aponta que as ONGs de países desenvolvidos doaram US\$ 3,6 bilhões, em 1983, aos países em desenvolvimento. Já em 1987, o volume de doações passou para US\$ 5,5 bilhões. "Esse valor deve ser maior hoje", acredita Camargo, preocupado com a banalização do termo ONG. A estimativa é que US\$ 8 de cada US\$ 10 que entram nos cofres das entidades brasileiras são doações estrangeiras.

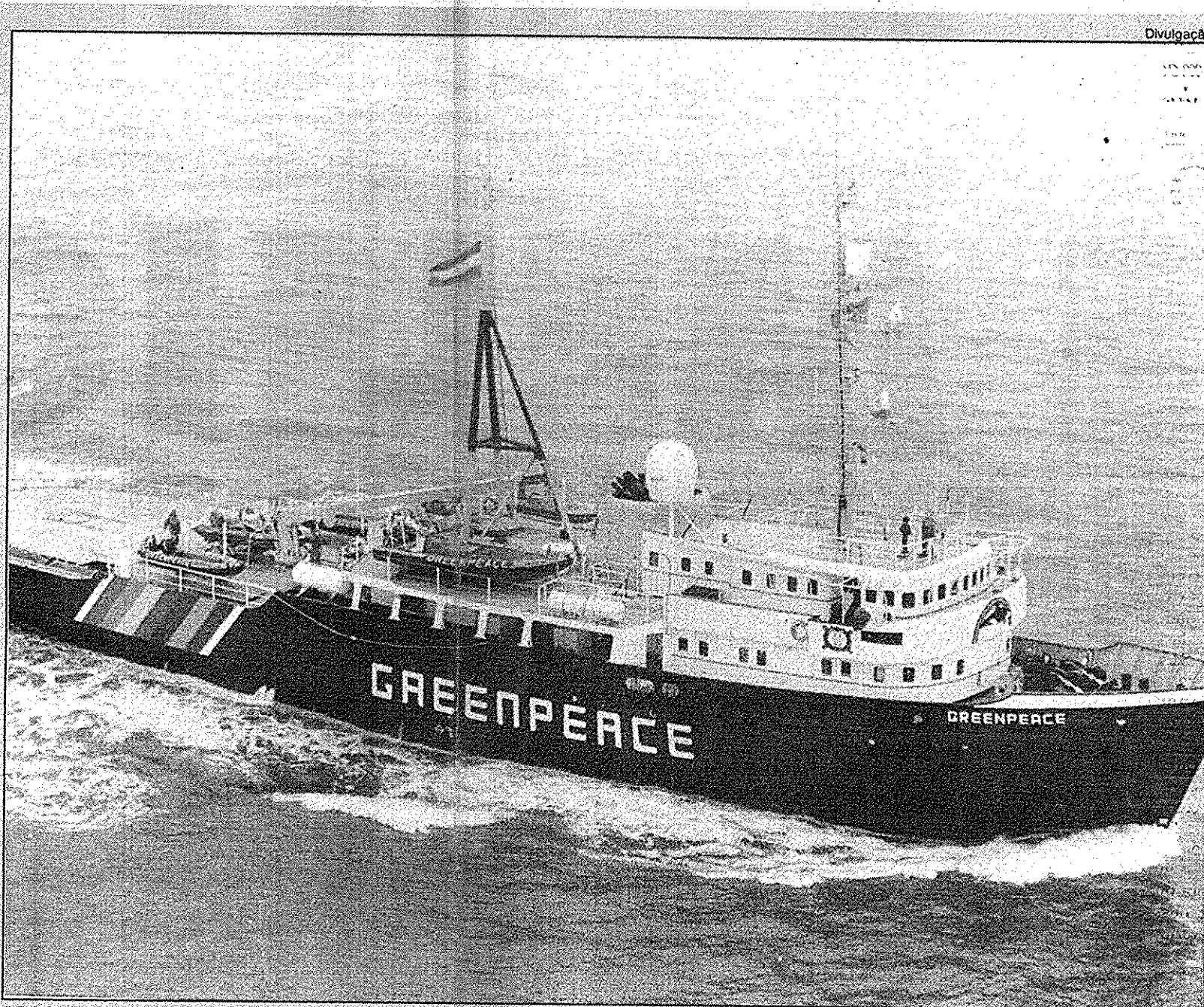
Num cálculo de cinco anos, a ONU avaliou que as ONGs do Hemisfério Sul receberam, anualmente, US\$ 6,5 bilhões provenientes de organismos financeiros internacionais, incluindo os oficiais. Um terço desse valor são doações feitas por grandes ONGs sediadas nos países ricos para suas coligadas ou filiais no Hemisfério Sul. A antropóloga Leilah Landin, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defendeu no ano passado tese sobre a organização das ONGs. Dois anos antes, consultou a Receita Federal para ter uma noção do poder das organizações no País. Ficou surpresa. Naquele ano, 220 mil entidades tiveram isenção de imposto de renda por serem "entidades sem fins lucrativos".

"Não deu para separar o universo das ONGs, mas serviu como referencial", explica. "Essas entidades ganham legitimidade mostrando trabalho, mas não há controle governamental e muito menos da sociedade brasileira", comenta. "É preciso criar formas de controle o mais rápido possível até para separar as organizações sérias daquelas que apenas estão empenhadas em angariar dólares, marcos ou francos."

■ Colaborou Vânia Cristina, de Brasília



**ENTIDADES
NÃO EXISTEM
NA LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA**



MV Greenpeace: um dos seis navios da frota usados pela primeira ONG ambientalista a manter uma base na Antártida

Maior organização do mundo surgiu há 23 anos

Entidade tem 43 escritórios em 29 países e recebe contribuições de 5 milhões de associados

MARCELO FAGA

A maior ONG do mundo começou a funcionar há 23 anos, numa pequena casa em Vancouver, no Canadá. Eram 12 pessoas determinadas a impedir a realização de testes nucleares americanos no Alasca. Hoje, o Greenpeace é uma marca internacional notória, quase tão conhecida como os mais famosos refrigerantes e modelos de automóveis.

Administrado por um conselho internacional e um board executivo, formado por pessoas de fora da organização, tem 43 escritórios em 29 países e movimenta recursos da ordem de US\$ 120 milhões, que são obtidos da contribuição de quase 5 milhões de associados em todo o mundo. Tem uma frota de seis navios, foi a primeira instituição não-governamental a manter uma base na Antártida.

No Brasil, o Greenpeace tem apenas três anos e praticamente foi formado na esteira das providências para a realização da conferência mundial Rio-92. Com escritórios no Rio e em São Paulo, o Greenpeace Brasil movimentou um orçamento anual em torno de US\$ 500 mil. O dinheiro vem praticamente todo do Exterior e o próprio diretor de Desenvolvimento da ONG, Paulo Adário, acha que a autonomia fi-

nanceira da seção brasileira dificilmente vai ocorrer antes de um prazo de cinco anos. O motivo é simples: "os brasileiros não têm tradição de fazer doações, até por causa da justificada desconfiança que se cultiva a respeito das instituições", afirma.

**RECURSOS
APLICADOS NO
PAÍS CHEGAM
US\$ 500 MIL**

Os sócios da Greenpeace Brasil são cerca de 3 mil e, por mais que esse número cresça, dificilmente vai oferecer condições para que a organização por aqui caminhe sobre suas próprias pernas. Por isso, a ideia é comercializar produtos com a marca Greenpeace (duas lojas franquizadas já vendem roupas com a grife da ONG em shoppings do Rio) e procurar recursos com

uma linha de produtos.

Os profissionais assalariados do Greenpeace Brasil trabalham em expediente integral para a organização. Os dirigentes são pesquisadores de nível superior, que estão sempre em contato com os cientistas nas universidades. Muitas vezes, eles financiam estudos de especialistas, como na viagem feita no mês passado pelo navio MV Greenpeace na Amazônia.

Na cidade paranaense de Santarém, o Greenpeace divulgou uma pesquisa sobre a entrada irregular do mercúrio para uso nos garimpos. Todo o trabalho foi feito por encomenda do Greenpeace Brasil, que também descobriu o erro no projeto do combustível nuclear da usina de Angra 1, que provocou um vazamento radiativo em março de 93, só reconhecido depois da denúncias da organização.

Antropóloga critica falta de transparência

Para Mary Alegretti, ausência de regulamentação pode frustrar planos do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, de usar entidades para executar a política social de seu governo de forma eficiente

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — A inexistência no Brasil de uma regulamentação específica e transparente sobre Organizações Não-Governamentais, as ONGs, poderá frustrar os planos do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, de utilizar esses grupos da sociedade civil para executar a política social de seu governo de forma eficiente, com o pouco dinheiro que terá disponível. A advertência é feita por Mary Alegretti, fundadora e presidente de uma das ONGs pioneiras na área ecológica, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), que trabalhou de perto com Chico Mendes, no Acre.

Poi a falta de regras claras — disse Mary em entrevista ao Estado — que permitiu a senadores e deputados desonestos utilizar o único e precário mecanismo disponível até recentemente para o registro de entidades civis sem fins lucrativos para roubar dinheiro público aprovando dotações de milhões para fundações fantasmas, como ficou provado no escândalo da comissão do Orçamento do

Congresso. Enquanto isso, ONGs respeitadas dentro e fora do Brasil, como o IEA, a União das Nações Indígenas e outras, tiveram seus pedidos de registro negados, "porque criticavam políticas do governo". Foram forçadas, por isso, a organizarem-se como microempresas, sem nenhum dos benefícios fiscais estendidos aos picares. Consequência: como vivem de verbas temporárias destinadas a projetos específicos, são frequentemente obrigadas a pagar penalidades para despedir funcionários quando termina a tarefa para a qual foram contratadas.

Abusos — O órgão encarregado de fazer o registro era o Conselho Nacional de Serviços Sociais, ou CNSS, uma obscura repartição do Ministério da Justiça que o presidente Itamar Franco mandou fechar no início deste ano.

"Além de dar margem a toda sorte de abusos, nossa legislação impede a profissionalização das ONGs brasileiras", disse Mary Alegretti, uma antropóloga paranaense que atualmente trabalha como consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento. "É impossível para as ONGs brasileiras



desenvolver uma carteira estável de membros, que é a principal fonte de recursos dessas organizações nos países industrializados. Isso, explicou Mary, tem impedido o fortalecimento das ONGs nacionais e as tornou financeiramente dependentes das grandes ONGs estrangeiras (tipicamente, 80% do orçamento dos principais grupos ecológicos do País, entre eles o IEA, vem do Exterior).

"O resultado é que se está criando uma situação que ela considera equívoca e politicamente perigosa, em que as grandes ONGs interna-

cionais estabelecem filiais no Brasil não mais simplesmente para cooperar em projetos definidos por entidades nacionais, mas para ocupar seu espaço e influir na discussão de políticas públicas no País", disse a antropóloga. "Isso está errado e tenho alertado as ONGs aqui a respeito."

Mary não é xenófoba nem mal agradecida. Tampouco concorda com as críticas que ouve com frequência de diplomatas e outros membros da alta burocracia brasileira sobre a falta de legitimidade e de transparência das ONGs in-

ternacionais.

"Elas são fortes porque os países industrializados, como são mais democráticos, têm regras que permitem que elas sejam fortes", disse ela. A mais importante de todas é a norma tributária que permite a qualquer pessoa abater de sua renda bruta, na declaração do Imposto de Renda, a totalidade das doações feitas a entidades sem fins lucrativos. As entidades da sociedade civil, entendidas como o conjunto das organizações voluntárias privadas (que vão das associações de classe ao movimento ecológico e aos grupos cívicos), representam entre 20% e 25% do PIB das nações industrializadas, informa a revista *Foreign Affair* em sua mais recente edição.

Nos EUA, a National Wildlife Federation é a maior ONG ambiental. Tem nada menos do que 4 milhões de sócios dispostos, cada um, a dar pelo menos US\$ 20 por ano à causa da preservação ecológica do planeta, que os preocupa. Além disso recebe verbas de governos, empresas, fundações e associações variadas.

Há um conselho de diretores que supervisiona o trabalho da administração. Os livros das ONGs passam por auditorias periódicas, que incluem o exame de como foram gastos os recursos enviados ao exterior. Seus balançetes, publicados nos relatórios anuais de cada entidade, são examinados

pelos inspetores da receita federal americana. "Mas os nossos fiscais mais importantes são os nossos membros", disse ao Estado Stephen Schwartzman, antropólogo do Environmental, que tem 250 mil sócios e um orçamento anual de US\$ 22 milhões. "Se não realizarmos os nossos objetivos, eles simplesmente param de contribuir."

Para Mary, só adotando regras semelhantes as ONGs brasileiras poderão cumprir o papel que desempenham cada vez mais em países pobres e ricos, de substituir a ação do Estado nas áreas em que esta é inadequada, insuficiente ou inexistente. "Há certamente ONGs que não deveriam existir", disse ela. "Mas a única maneira de separar o joio do trigo é estabelecer um

conjunto de regras que tornem as organizações visíveis, com orçamentos estáveis e abertos ao exame público." Um passo seguinte, sugere a antropóloga, seria a criação de "um cadastro nacional das ONGs". Só assim, disse ela, essas organizações da sociedade civil poderão realizar sua mais importante finalidade prática, que é prestar serviços sociais a custo baixo.

Leia amanhã

Reportagem sobre o trabalho executado pelas ONGs com os meninos de rua

**FALTA DE
REGRAS
FACILITA
ABUSOS**